

## DIÁLOGOS SOBRE DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E EDUCAÇÃO<sup>1</sup>

Cynthia Mara Miranda<sup>2</sup>  
Temis Gomes Parente<sup>3</sup>  
Stephanie Soares Ferreira<sup>4</sup>  
Ester Vieira Noleto<sup>5</sup>

**Resumo:** Por entender que desenvolvimento, gênero e educação estão relacionados e que podem atuar conjuntamente para a melhoria da condição de vida das mulheres, a presente pesquisa buscou compreender essas relações a partir das experiências das professoras que atuam no ensino fundamental no estado do Tocantins – especificamente professoras que cursam o Parfor no período das férias escolares na Universidade Federal do Tocantins – campus de Palmas. Metodologicamente foram realizadas oficinas e aplicação de questionários para as cursistas do Parfor para coleta e análise das informações. Dentre os resultados da pesquisa, notou-se a falta de preparação dos professores para lidar com temáticas relacionadas às questões de gênero, visto que as políticas públicas municipais e estaduais pouco investem em projetos que possam romper com a desigualdade de gênero e melhorar a qualificação destes profissionais.

**Palavras-chaves:** gênero; educação; desenvolvimento

## DIALOGUES ON DEVELOPMENT, GENDER AND EDUCATION

**Abstract:** By understanding that development, gender and education are related and that can act together to improve the living conditions of women, the present research sought to understand these relationships from the experiences of the teachers who work in elementary education in the state of Tocantins - specifically female teachers who study Parfor during the school holidays at the Federal University of Tocantins - Palmas campus. The qualitative analysis, methodology adopted to carry out the study, provided the necessary elements to analyze the information that was collected through the application of questionnaires to Parfor trainees. Among the results of the research, teachers were not prepared to deal with issues related to gender issues, since the municipal and state public policies do not invest in projects that can break with gender inequality and improve the qualification of these professionals.

**Keywords:** gender; education; development

## Introdução

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi financiada pelo Edital Propesq/Proex No 24/2013 de apoio a projetos integrados de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Tocantins e teve a participação da bolsista de iniciação científica Stephanie Soares Ferreira e da bolsista de extensão Ester Vieira Noleto. O projeto foi realizado no período de 2013 a 2014.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais (UnB), professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins,

<sup>3</sup> Doutora em História, professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e do curso de História da Universidade Federal do Tocantins

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Comunicação (University of Twente, Holanda). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins, com período sanduíche na University of Alberta, Canadá.

<sup>5</sup> Bacharel em Biologia pela Universidade Federal do Tocantins.

O conceito gênero<sup>6</sup> é portador de uma ampla complexidade que tende a variar de acordo com a linha teórica adotada. Para além dessa complexidade conceitual existe um ponto de convergência do conceito que é o reconhecimento das relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres resultado da construção de papéis sociais distintos em diversas sociedades que é originada a partir das diferenças sexuais. O sexo, dessa maneira, tem sido ao longo dos tempos instrumento motivador da construção de valores e comportamentos distintos entre os gêneros (CABRAL; DIAZ, 1999).

Para Suárez (1999), a distinção entre sexo e gênero não é apenas uma formulação teórica, mas também, e, principalmente, um instrumento de uso político que pretende introduzir uma mudança na relação entre homens e mulheres por meio da contestação do campo de significado preexistente.

A desigualdade de gênero, nessa direção, é um construto social que tem sido instituído desde o momento da gestação do novo ser. A partir do momento em que o bebê está no útero da mãe e o sexo é definido pelo exame clínico, os pais começam a diferenciar o gênero feminino do masculino por meio da escolha do enxoval, impondo a cor rosa para as meninas, a cor azul para os meninos e criando expectativas para o novo ser decorrentes dessa diferença sexual.

A igualdade de gênero é um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade. Alcançá-la é um dos objetivos sustentáveis do milênio. Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados aos direitos humanos a serem alcançados até 2030<sup>7</sup> através da colaboração de Estados, organizações e sociedade civil. Dentre eles, está o Objetivo 5, que visa alcançar a igualdade de gênero e o empoderar as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 engloba seis metas: (1) acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte; (2) eliminar todas as formas de violência, nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos; (3) eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas; (4) reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família; (5) garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão; e, (6) assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos.

<sup>6</sup> Gênero aqui entendido na perspectiva Joan Scott, quando diz que “gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos” (SCOTT, 2012, p. 332).

<sup>7</sup> Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: (<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>). Acesso em: 1 jun 2017.

Para que este objetivo e para que as metas sejam alcançadas é de extrema importância que as questões de gênero que permeiam as desigualdades sejam discutidas desde a infância. Desde os primeiros de vida, é necessário adotar uma educação igualitária que problematize as expectativas criadas pela sociedade que estabelecem diferentes modos de pensar, agir e atuar para as mulheres e para os homens. Para Cabral & Diaz (1999) essa diferenciação construída socialmente e culturalmente vai acompanhando os diferentes momentos da vida do ser humano interferindo desde coisas simples como a escolha dos brinquedos, tipo de brincadeiras, roupas até coisas mais complexas como a escolha da profissão.

Valores, comportamentos e preferências não são características oriundas do corpo biológico, são construções sociais e históricas que acompanham o indivíduo em toda a sua vida. Portanto, não é concebível compreender as diferenças entre meninas e meninos com explicações fundadas no chamado determinismo biológico<sup>8</sup> que a partir do uso da anatomia e da fisiologia busca justificar as relações, as identidades e os papéis de gênero na sociedade moderna (Vianna; Finco, 2009).

Ao longo da vida, a desigualdade de gênero tem sido construída e reforçada em diversos espaços como na família, na igreja, no mercado de trabalho e na escola – área enfocada no presente artigo.<sup>9</sup>

A educação também tem sido instrumento para propagação da desigualdade na medida em que professores despreparados ou que se recusam tratar das temáticas relacionadas ao gênero e a diversidade excluem esse debate da sala de aula. Para Balestrin & Soares (2015) em muitos contextos escolares esses temas ainda não são bem-vindos.

Algumas instituições e profissionais da educação manifestam uma posição contrária, preferindo não dar vazão ao assunto para não incitar o que consideram indesejável, como se fosse possível “abafar”, “desviar”, “adiar” aquilo que já está, há muito, pulsando com força e intensidade tanto dentro como fora da escola (Balestrin & Soares, p. 48, 2015).

<sup>8</sup>O determinismo biológico considera que o comportamento humano é controlado pelos genes de um indivíduo. Para essa concepção a biologia defini os papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade, desconsiderando o papel da cultura na construção dos papéis de gênero que passam a ser “naturalizados” e hierarquizados (Laraia, 2001).

<sup>9</sup>Bourdieu afirma que as estruturas de dominação são a-históricas, e que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. Segundo ainda este autor a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas (“moles” ou “duras” — ou, mais próximas da inquietação mítica original, “ressecantes”), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo (BOURDIEU, 2012, p. 104).

Em contrapartida, a educação tem sido responsável pela redução da desigualdade entre os gêneros nos últimos dez anos no Brasil em razão do aumento de escolarização e qualificação das mulheres. De acordo com dados do Global Gender Gap Report (2014) que é um índice mundial que avalia as diferenças de gênero no mundo, o Brasil tem melhorado nos últimos nove anos o nível educacional das mulheres, embora na última avaliação (2014) tenha caído nove colocações, ficando em 71º, em razão dos poucos avanços realizados em áreas críticas como participação política e participação no mercado de trabalho.

Para Duflo (2005) implementar políticas públicas que visem a eliminar as desigualdades de gênero pode melhorar o bem-estar econômico das famílias, diversificar a economia, aumentar as opções das mulheres no mercado de trabalho e resultar na mudança de comportamento das famílias em favor da igualdade de gênero.

Assim, questões relacionadas ao gênero devem ser discutidas nas escolas para estimular a construção de uma sociedade mais igualitária onde mulheres e homens tenham deveres e direitos iguais. Trabalhar a formação de professores para lidar com as questões de gênero é um passo importante para a mudança dos valores sociais. Para que as questões de gênero sejam inseridas no ambiente escolar é preciso investir na formação docente. Segundo Balestrin & Soares (2015):

Esse investimento significa não apenas a inclusão da temática no “currículo oficial” dos cursos de formação de professoras, como também a disponibilidade dos sujeitos para lidar com o desconhecido, o inusitado, o prazer e o erotismo na sala de aula. Isso significa ampliar tempos escolares para o cultivo das curiosidades e para a manifestação das dúvidas e questões que não necessariamente precisam de respostas, mas precisam de espaços para ser formuladas, pensadas e impulsionadas (Balestrin & Soares, p. 51, 2015).

A igualdade de gênero é considerada um elemento importante para o desenvolvimento de qualquer nação, pois refere-se à igualdade de direitos, a responsabilidades e a oportunidades de que todas as pessoas devem gozar, independentemente de se ter nascido homem ou mulher. Discutir e pensar estratégias para a igualdade de gênero se converteu em um tema importante do desenvolvimento devido a uma preocupação mundial por igualdade e a justiça social, identificar a situação diferenciada em que mulheres e homens acessam as oportunidades ao longo de suas vidas, nesse sentido, é um passo primordial para estimular mudanças (Instituto Nacional de Iãs Mujeres, 2012).

No âmbito da educação muitos esforços precisam ser efetuados para que o tema deixe de ser um tabu e passe a habitar o cotidiano das escolas. Segundo Miranda:

as questões de gênero na educação não atingiram o *status* de pauta do poder executivo porque há uma interferência permanente do poder legislativo sustentado/capitaneado por grupos religiosos e conservadores o qual impede qualquer avanço nas políticas que se proponham igualdade entre os gêneros, sejam elas no campo da educação ou em outro campo qualquer (Miranda, p.95, 2017).

As questões de gênero na educação estão em permanente disputa e o que temos observado é que grupos religiosos e conservadores têm sido mais exitosos na negociação para barrar a institucionalização do tema, enquanto os defensores da institucionalização, representados por movimentos sociais e profissionais da educação, vivenciam muitas dificuldades para atuar na defesa e manutenção das questões de gênero no campo da educação.

Assim, pensando nos desafios para a construção da igualdade de gênero na educação, o presente artigo buscou compreender as relações entre desenvolvimento, gênero e educação a partir das experiências das professoras que atuam no ensino fundamental em alguns municípios do estado do Tocantins – especificamente professoras que cursam Pedagogia pelo Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) no período das férias escolares na Universidade Federal do Tocantins – campus de Palmas. A pesquisa se fundamentou na metodologia proveniente da análise qualitativa evidenciada pela realização de oficinas sobre o desenvolvimento na perspectiva de gênero com aplicação de questionário para as participantes realizadas durante o I Simpósio Internacional Desenvolvimento Regional na Perspectiva de Gênero realizado pelo Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero (NEDiG) nos dias 3, 4 e 5 de fevereiro de 2014 na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas.

### **Desenvolvimento, gênero e educação**

As mulheres estão estudando mais no Brasil. Conforme dados do Global Gender Gap Report (2014) as brasileiras têm acessado cada vez mais os cursos de formação e capacitação. No entanto, de acordo com os dados da pesquisa do IBGE (2013) quanto mais a formação acadêmica delas aumenta, maior a diferença salarial em relação aos homens é evidenciada<sup>10</sup>. Assim apesar do crescimento expressivo do ingresso das mulheres no ensino médio, superior e na pós-graduação, esse crescimento não resultou na redução da desigualdade salarial nem no aumento do acesso das mulheres aos cargos gerenciais e de decisão.

A razão para essa desigualdade salarial está relacionada ao preconceito ainda existente na sociedade brasileira que faz com que as mulheres tenham mais dificuldade para acessar as oportunidades. Apesar das conquistas das mulheres no âmbito do acesso a profissionalização ainda falta reconhecimento do seu papel para o desenvolvimento da nação o

---

<sup>10</sup> Três fatores que impedem a ascensão das mulheres na carreira. Disponível em: (<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/3-fatores-que-impedem-a-ascensao-das-mulheres-na-carreira>). Acesso em: 12 abr 2016.

que torna necessário uma atuação mais pontual da escola para a desconstrução dos preconceitos e para eliminação dos obstáculos vivenciados por elas.

Homens e mulheres são levados a seguir carreiras escolares diferentes, mulheres tendem a seguir cursos humanísticos diferentes de homens que seguem cursos mais técnicos e tecnológicos. Assim de maneiras sutis ou mais diretas, a escola influencia a escolha diferenciada das carreiras para meninas e meninos, as meninas tendem a evitar as ciências e a matemática que são áreas com maior prestígio e remuneração e escolher cursos de menor prestígio e remuneração diretamente ligados a área dos cuidados e da educação.

Apesar da igualdade constitucional de oportunidades educacionais entre gêneros, ainda assim existe uma divisão sexual do conhecimento, este sistema é um fator limitante da participação da mulher em determinados espaços de trabalhos acarretando assim diferenças salariais. A desigualdade de gênero incide fortemente no sistema educacional através do ensino que não propaga valores igualitários e não investe em cursos, programas e ações que visam questionar a divisão sexual do trabalho, que destina toda a carga dos trabalhos domésticos para meninas e mulheres.

A desigualdade de gênero pode ser vista no meio escolar de várias formas como, por exemplo, no impacto mais intenso que a gravidez na adolescência, a violência sexual, machismo, homofobia, *bullying*, divisão sexual das profissões, entre outras. A escola não pode negligenciar tais situações que se abordadas no ambiente de aprendizagem poderiam surtir um efeito positivo para a construção da igualdade entre os gêneros.

Adultos educam as crianças diferenciando-as a partir do sexo, a forma diferente com que os professores e a família interagem com meninas e meninos pode repercutir futuramente na propagação de valores e comportamentos que reforçam as desigualdades entre os gêneros.

Legislações, políticas e programas governamentais que poderiam impulsionar ações para a mudança desse cenário têm sido falhas. O Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014), por exemplo, que foi criado por um projeto de lei que é reformulado a cada dez anos com o objetivo de traçar diretrizes e metas para a educação no Brasil tem sido omissos no debate das questões de gênero.

O primeiro PNE foi elaborado em 1996, para vigorar nos anos de 2001 a 2010, a lei responsável pela aprovação do mesmo foi sancionada em 9 de Janeiro de 2001 ainda no mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em 2014 foi aprovado o novo PNE que estabelece metas e estratégias para os próximos 10 anos. O processo de aprovação do plano passou por momentos de conflitos no que se refere a necessidade de inclusão no mesmo das questões de gênero e sexualidade.

Um dos pontos mais polêmicos do projeto apresentado pelo deputado Federal Angelo Vanhoni quando o plano passou pela avaliação em comissões da Câmara dos Deputados foi alvo de questionamentos, críticas e discussões, o trecho do plano que dava ênfase a necessidade da promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual foi extremamente criticado pelos parlamentares conservadores que consideravam que tratar das



questões relacionadas a gênero traria para as escolas materiais didáticos e diversos tipos de atividades que incentivariam a homossexualidade<sup>11</sup>.

Já os que estavam a favor dessa incorporação defenderam inserir as questões de gênero no plano permitiria combater as práticas preconceituosas e discriminatórias iniciadas na infância. Porém mesmo com o alvoroço causado por ativistas de ambos os lados o relator acolheu o projeto sem a menção de gênero e sexualidade.

Tentar impedir as discussões de gênero no ambiente escolar nos dias atuais evidencia um retrocesso pois enquanto o país nos últimos dez anos tem realizado grandes esforços para avançar na de igualdade de gênero com a realização de conferências nacionais para debater as políticas públicas para as mulheres, a construção de planos nacionais de políticas para as mulheres, entre outras ações; a educação caminha de forma oposta ao negligenciar seu papel para a desconstrução dos preconceitos de gênero na sociedade.

Para que mudanças ocorram na sociedade em prol da igualdade entre os gêneros é preciso que a questão seja pautada nas escolas para que não só os alunos e professores mais também os próprios pais possam mudar seus valores. Durante a realização das oficinas sobre desenvolvimento na perspectiva de gênero na Universidade Federal do Tocantins – Campus de Palmas as alunas de Pedagogia do Parfor apontaram na aplicação dos questionários situações evidentes de uma socialização desigual entre os gêneros como os tipos de brincadeiras destinadas as meninas geralmente relacionadas aos cuidados com a casa e com a família (brincar de boneca e de casinha) e aos meninos geralmente relacionadas a ação (brincar com carrinho e bola), por exemplo. As oficinas fizeram parte do projeto de pesquisa “Desenvolvimento Regional na Perspectiva de Gênero” realizado entre os anos de 2013 e 2014 e entre os seus objetivos estava a realização de uma seminário para reunir as alunas do curso de Pedagogia do Parfor.

No tópico a seguir será destacado algumas ações que deveriam ser criadas para modificar o ambiente de ensino a partir do relato das alunas de Pedagogia do PARFOR durante a realização das oficinas.

### **Desafios para igualdade entre os gêneros**

Ao colocar a formação de professores como elemento fundamental no caminho para a construção da igualdade entre os gêneros o projeto de pesquisa “Desenvolvimento Regional na

---

<sup>11</sup> Plano Nacional de Educação ainda tem pontos polêmicos, avaliam deputados. Disponível em (<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/200377-PLANO-NACIONAL-DE-EDUCACAO-AINDA-TEM-PONTOS-POLEMICOS,-AVALIAM-DEPUTADOS.html>). Acesso em: 10 ago 2016.

Perspectiva de Gênero”<sup>12</sup> teve como objetivo trabalhar a formação dos professores para lidar com as questões de gênero entendendo que esse debate é essencial para o desenvolvimento.

Para atingir o referido objetivo foi realizado o I Simpósio Internacional Desenvolvimento Regional na Perspectiva de Gênero nos dias 3, 4 e 5 de fevereiro do ano de 2014 na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas. A programação do simpósio foi constituída por oficinas, palestras e mesas redondas e contou com a participação total de 230 participantes. As palestras e mesas redondas foram abertas para todo o público, contudo o público alvo das oficinas foram as alunas do curso de Pedagogia do Parfor. O Parfor tem como objetivo induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Segundo informações disponibilizadas no endereço eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação:

O Parfor, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica<sup>13</sup>.

O fato do programa ter abrangência nacional poderia servir de estímulo para a inclusão de diálogos sobre desenvolvimento, gênero e educação de forma interligada através da inserção de conteúdos ou de disciplinas específicas nos cursos oferecidos pelo Parfor. A experiência da pesquisa aplicada em um curso do programa no Estado do Tocantins apontou por meio do relato das professoras que a participação no seminário e nas oficinas foi a primeira vez que tiveram acesso a esse tipo de discussão, evidenciando assim que o tema não é discutido no curso.

A escolha das professoras que cursam o curso de Pedagogia pelo Parfor para participar do projeto se deu em razão da possibilidade que elas têm de atuar na ponta instruindo as alunas e os alunos, promovendo novas ideias sobre este tema para que eles abram novos horizontes e tenham a liberdade de se vestir, portar e agir na sociedade livres sem ser vítimas de nenhum preconceito.

Ao todo as oficinas contaram com uma participação de professoras da rede pública de ensino (ensino fundamental) de 30 municípios do Estado do Tocantins, são eles: Chapada de

<sup>12</sup> O projeto de pesquisa financiado pelo Edital Propesq/Proex No 24/2013 de apoio a projetos integrados de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Tocantins teve como objetivo promover reflexões sobre gênero e educação na formação dos professores da educação básica. O curso de Pedagogia do Parfor foi escolhido em razão do seu foco de atuação ser a formação de professores. O projeto foi executado entre os anos de 2013 e 2014, tendo o relatório final aprovado pela Propesq e Proex em dezembro de 2014.

<sup>13</sup> Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR. Disponível em: (<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>). Acesso em: 26 ago 2015.



Natividade, Tocantínia, Natividade, Barrolândia, São Salvador, Bom Jesus do Tocantins, Almas, Rio da Conceição, Jaú, Novo Acordo, Santa Rosa, Caseara, Pium, Ponte Alta, Pugmil, Oliveira de Fátima, Rio Negro, Rio Sono, Riachão, Paraíso, Pedro Afonso, Aparecida do Rio Negro, Araguacema, Palmas, Miracema, Peixe, Cristalândia, Dois Irmãos, Dianópolis e Divinópolis.

Apesar da pesquisa ter sido restrita apenas para as cursistas de Pedagogia no Campus de Palmas ela poderia ser facilmente replicada para todos os cursos dessa modalidade que são oferecidos no Tocantins como também em nível nacional, o que estimularia a discussão da temática de forma mais abrangente.

O ponto central da programação foi a realização das oficinas. Metodologicamente para a aplicabilidade da pesquisa foram realizadas 4 oficinas do mesmo formato, divididas em 4 salas de aula com a participação total de 119 professoras que foram distribuídas nas 4 salas. Asicineiras abordaram inicialmente as questões relacionadas ao desenvolvimento, gênero e educação e depois distribuíram questões para serem discutidas em grupos. As perguntas se relacionavam as vivências pessoais e profissionais das professoras e sobre o papel delas na promoção da igualdade entre os gêneros.

No final da oficina cada participante recebeu um questionário onde constavam questões de múltipla escolha sobre o seu perfil sócio-econômico, formação, atuação profissional, renda, participação política e questões discursivas sobre questões de gênero na escola (principais dificuldades de trabalhar o conteúdo, principais problemas vivenciados pelas mulheres que atuam na educação e os desafios para eliminar a desigualdade entre os gêneros).

As oficinas foram direcionadas especificamente para mulheres e o perfil geral das participantes conforme informações dos 119 questionários aplicados foi que a maioria delas tinham entre 21 e 62 anos, a maioria casada ou com união estável, todas estudaram em escolas públicas, a maior parte declarou ter renda entre 1 a 2 salários mínimos.

Muitas delas relataram que não cursaram o ensino superior logo após a conclusão do ensino médio pelos seguintes motivos: maternidade, casamento, trabalho e problemas financeiros. Os problemas relatados, principalmente os relacionados ao casamento e a maternidade, evidenciam que essas mulheres tiveram que deixar o estudo em segundo plano porque constituíram família e tiveram filhos, podemos interpretar que conciliar esse novo plano de vida com os estudos não foi uma opção dada a essas mulheres.

Quando indagadas sobre o problema mais grave que a desigualdade ocasiona para as mulheres durante as oficinas responderam que é a violência contra a mulher, a maioria também reconheceu a existência da divisão de atividades entre meninas e meninos nas famílias.

Quando questionadas sobre a adoção de práticas educativas para estimular a igualdade entre os gêneros relataram que é uma tarefa difícil mas citaram algumas como: “fazer atividades em grupo”, “não separar meninos e meninas”, “propor brincadeiras que

envolvam os dois”, “propor brincadeiras nas quais as crianças brincam de igual para igual”, “rodas de conversa sobre o assunto”, “atividade lúdicas”, “palestras”, “ensinando que temos direitos iguais”. Porém as professoras também reconhecem os limites para promoção dessas atividades: “insiro todos nas atividades, enfocando que a atividade deve ser feita por todos, mas muitos meninos e meninas querem fazer separado”<sup>14</sup>.

Os principais problemas que impedem o desenvolvimento educacional das meninas na escola foram mencionados pelas professoras como sendo principalmente a gravidez na adolescência e o tempo gasto com o trabalho doméstico, problemas esses que não são vivenciados pelos meninos já que a menina acaba assumindo o trabalho doméstico e o cuidado com o filho.

Os meninos são ensinados que os serviços de “casa” são femininos. Tais como limpar, cozinhar, cuidar das crianças, etc. Por isso se recusam a atuar nas tarefas domésticas, isto é, reproduzem o que lhes foi ensinado. Já as meninas, aprendem a fazer as tarefas domésticas desde cedo, as próprias brincadeiras consideradas ‘de menina’ são um prelúdio das tarefas domésticas, tais como cuidar de bebês e fazer comidinha.

Desde o nascimento somos educados/as para conviver em sociedade de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina, essa distinção influencia, por exemplo, a decoração do quarto da criança, a cor das roupas e dos objetos pessoais, a escolha dos brinquedos e das atividades de lazer (Santana, 2015).

A desconstrução dos papéis distintos entre os gêneros precisa ser uma das prioridades assumidas pela escola já que nesse espaço as possibilidades de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária no futuro são maiores. Como foi possível perceber no depoimento das cursistas de Pedagogia do Parfor durante a realização das oficinas, a árdua tarefa de conciliar a vida profissional com as funções da maternidade, as tarefas domésticas e a falta de apoio dos companheiros, é um dos principais problemas vivenciados pelas mulheres que atuam na educação.

A extensa jornada de trabalho foi um dos problemas mais citados por elas: “a jornada de trabalho é muito pesada, conciliar trabalho da escola com a casa e cuidar de filhos é cansativo”, “temos dificuldade pra deixar os filhos, pois não encontramos pessoas para suprir a ausência da mãe nos cuidados com eles”, “quando casada, falta de apoio do marido e baixos salários que não dá pra pagar alguém para ajudar da casa e dos filhos”.

Outro problema relatado pelas professoras da educação básica foi o desinteresse das famílias pela educação dos filhos: “há uma falta de compromisso das famílias com a educação dos filhos”, “muitas famílias querem transferir toda a responsabilidade para a escola”, “falta de compromisso dos pais com os filhos”.

---

<sup>14</sup> Relatos retirados dos questionários que foram aplicados durante a realização das oficinas com professoras do Parfor no I Simpósio Internacional Desenvolvimento Regional na Perspectiva de Gênero na Universidade Federal do Tocantins.

A desigualdade entre os gêneros, dessa maneira, emerge a partir de comportamentos e atitudes que acontecem no cotidiano familiar e escolar e que tem o potencial para estimular o preconceito de um ou outro gênero. Para Santana (2015):

o aprendizado das regras culturais nos constrói como pessoas, como homens ou mulheres. Se quisermos contribuir para um mundo em que haja equidade de gênero, devemos estar atentos para não educarmos meninos e meninas de maneiras radicalmente distintas. Assim, devemos estimular que meninos sejam carinhosos, cuidadosos, gentis, sensíveis e expressem medo e dor. As meninas, por sua vez, podem ser incentivadas a praticar esportes, a gostar de carros e motos, a serem fortes (no sentido de terem garra), audaciosas, destemidas (Santana, p.8, 2015).

Educar para a igualdade é um papel que deve ser assumido tanto pela família como pela escola, ao desenvolver ações conjuntas, podem ser uma fonte riquíssima de estimulação para influenciar gerações futuras na construção de sociedades mais justas e com oportunidades iguais para meninas e meninos, homens e mulheres.

### **Considerações Finais**

O caminho para a construção da igualdade entre os gêneros na escola é tarefa para os educadores da atualidade. A educação desigual dificulta o acesso das oportunidades para as mulheres ao longo de suas vidas, mantendo o status quo da desigualdade de gêneros. A escola, ao reforçar em sala de aula, em suas atividades cotidianas que a função principal da mulher é a de “cuidadora do lar”, mãe e esposa, e que a função dos homens é trabalhar ‘fora’, ensina, desde cedo as crianças a manter esta desigualdade.

A escola deve trabalhar para desmistificar esse tipo de “diferenciação” entre os papéis de meninos e papéis de meninas na sociedade, para isso os professores precisam ter acesso a formação especializada. Ao longo do artigo foi relatado uma experiência de um projeto que teve como público alvo cursistas do Parfor e foi evidenciado que trabalhar as questões de gênero em conteúdos, disciplinas, oficinas ou seminários temáticos poderia possibilitar a esse professores em formação mais conhecimento para lidarem com essas temáticas em sala de aula.

Dada a abrangência do Parfor que atende todo território nacional, esse tipo de abordagem poderia contribuir para a criação de estratégias para avançar na igualdade de gênero a partir da educação já que a ausência de políticas públicas municipais e estaduais que invistam em ações e projetos que possam romper com a desigualdade de gênero e melhorar a qualificação destes profissionais é visível.



## Referências Bibliográficas

BALESTRIN, P. A. & SOARES, R. F. R. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, jan./jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

BUENO, C. M. L. B. O papel das representações sociais e da educação para o desenvolvimento da identidade de gênero. **Revista Brasileira de Crescimento edesenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, dez. 2006.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Belo Horizonte: Gráfica Editora Rona Ltda, 1999, 142-150.

DUFLO, Esther. Gender Equality in Development. **BREAD Policy Paper**, Bureau for Research in Economic Analysis of Development, n. 11, Massachusetts Institute of Technology, dez. 2005.

**Elaboración de proyectos de desarrollo social con perspectiva de género**. Tercera Edición. Instituto Nacional de las Mujeres, México, 2012.

LARAIA, Roque de Barros - **Cultura: um conceito antropológico**, 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MIRANDA, Cynthia Mara. El incómodo debate de las cuestiones de género en la educación brasileña. **Revista Científica de Educación y Comunicación – Hachetetepé**, Universidad de Cádiz na España, v. 14, 2017, p. 87-98.

HAUSMANN, Richard; TYSON, D. Laura; ZAHIDI, Saadia. **The Global Gender Gap Report**. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2014.

Santana, A. M. Fragmentos e Permanências: gênero e diversidade na escola. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, jan./jun. 2015.

SCOTT, Joan W. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

SUÁREZ, M. *Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico*. Trabalho apresentado no I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Projeto Fundo para a Equidade de Gênero. Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, Campinas, 1999.

VIANNA, Claudia Perreira e FINCO, Daniela, **Meninas e menino na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder**. *Cadernos Pagu*. Campinas, p.265-283, Dez 2009. Nº 33 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/10.pdf>. Acesso em: 10 mai, 2017.